Portaria 2.750 obriga bancos a bloquear pagamento de bets ilegais

iGBRASIL

Notícias · Utilidades · Recursos para operadores de iGaming

Regulação · Urgente

Portaria 2.750 obriga bancos a bloquear pagamento de bets ilegais

Norma da SPA/MF cria rito de auto de constatação, notificação de bloqueio e perdimento em favor da União, com comunicação até o dia útil seguinte

Por Redação iGBRASIL, Redação

Publicado em 16/09/2026 às 07h03

· Atualizado em 09/10/2026 às 15h04

· 8 min de leitura

Por que importa

O dever de monitoramento recai sobre toda a cadeia de pagamentos, e PSPs que atendem operadores licenciados precisam provar o vínculo autorizado para não serem varridos junto com o fluxo irregular.

Os gatilhos listados na norma — depósitos repetidos de pequeno valor, troca sucessiva de chaves Pix — descrevem também comportamento normal do apostador legal, o que eleva o risco de falso positivo na base licenciada.

A comunicação à SPA corre até o dia útil seguinte à confirmação dos indícios, prazo que exige responsável definido e canal aberto com cada parceiro financeiro desde já.

Portaria 2.750 obriga bancos a bloquear pagamento de bets ilegais

A Secretaria de Prêmios e Apostas publicou a Portaria SPA/MF nº 2.750, que cria protocolo nacional obrigando bancos, instituições de pagamento e arranjos de pagamento a monitorar, comunicar e bloquear transações ligadas a operadores de apostas sem autorização — medida que atinge diretamente a cadeia de pagamentos de quem já é licenciado, porque os mesmos gatilhos de detecção descrevem o fluxo de recarga de qualquer apostador.

O texto integral, com 11 páginas no arquivo divulgado em 15 de setembro de 2026, define "agente operador irregular" como pessoa física ou jurídica que explore apostas sem autorização e "transação" como qualquer pagamento, recebimento ou transferência que vise, direta ou indiretamente, viabilizar a exploração irregular de apostas de quota fixa. A base legal é a Lei 14.790/2023.

Na apuração de 16 de setembro de 2026 não foi possível confirmar o número da edição do Diário Oficial, a data exata de publicação e a cláusula de vigência; o portal gov.br não trazia, naquela data, nota sobre a 2.750. A cobertura especializada registra que o texto substitui normas anteriores e consolida o sistema de vigilância sobre bancos, instituições de pagamento e de arranjos de pagamento — o alcance dessa substituição, artigo por artigo, segue a confirmar.

O terceiro degrau do cerco financeiro

A portaria consolida num único rito um conjunto de medidas que vinha sendo editado em etapas. Em março de 2025, a Portaria SPA/MF nº 566/2025 fixou regras para instituições financeiras recusarem contas de bets ilegais. Em junho de 2026, o governo regulamentou a responsabilidade tributária solidária de instituições que viabilizam operações de bets não autorizadas. Em julho de 2026, a Fazenda notificou 37 fintechs por operar com bets ilegais.

A 2.750 amarra essas peças em três atos administrativos: auto de constatação, notificação de bloqueio e processo administrativo de perdimento em favor da União — estrutura que dialoga com a portaria do MJSP que criou rito de perdimento para bets ilegais. A norma chega na mesma semana da troca de comando na Subsecretaria de Ação Sancionadora da SPA.

O que não estava confirmado na apuração de 16 de setembro de 2026

Data de publicação no DOU, edição e cláusula de vigência

Portaria 2.750 obriga bancos a bloquear pagamento de bets ilegais

O alcance da substituição de normas anteriores declarada na portaria, incluindo se a Portaria SPA/MF nº 566/2025 foi revogada integral ou parcialmente

Prazo de 24 horas para bloqueio citado por veículo regional — o confirmado é a comunicação até o dia útil seguinte

Sanção específica à instituição financeira que descumprir, além da solidariedade tributária já regulamentada

Papel operacional do Banco Central na execução da 2.750, além da informação de cada notificação para fins de supervisão e da resolução do CMN de junho de 2026 sobre bloqueio de contas de operadores não autorizados

Os gatilhos que a instituição deve vigiar

O dever deixa de ser reativo. Bancos, fintechs, PSPs e adquirentes passam a ter obrigação de monitoramento ativo, com uma lista de sinais que aciona a análise.

Depósitos repetidos de pequeno valor, típicos de recarga

Volume alto de transferências de pessoas sem relação comercial com o destinatário

Troca sucessiva de chaves Pix, QR Codes e contas após bloqueio

Padrão de movimentação incompatível com a atividade declarada

Fluxo via gateways ou intermediários pessoa física

O problema para o mercado regulado está no primeiro item. Depósito repetido de baixo valor é o comportamento padrão do apostador licenciado — e a base é grande: o SIGAP registrava, em setembro de 2026, 31.821.805 apostadores únicos e 118.959.058 contas ativas. Qualquer leitura grosseira do gatilho transforma cliente legítimo em alerta, com efeito direto sobre a taxa de aprovação de depósito.

Quando a transação for barrada, a instituição deve informar ao usuário que o bloqueio decorre de determinação da SPA — o que joga a explicação do atrito para o canal de atendimento do operador, que já lida com reclamações sobre prazo de saque.

Prazos e obrigações consolidados

Portaria 2.750 obriga bancos a bloquear pagamento de bets ilegais

Item	O que está confirmado
Comunicação à SPA	Até o dia útil seguinte à confirmação dos indícios
Rito administrativo	Auto de constatação, notificação de bloqueio e perdimento em favor da União
Referência de verificação	Lista oficial de autorizados da SPA
Fiscalização em curso	66 mil domínios clandestinos bloqueados e R$ 18 milhões em multas (posição de setembro de 2026)
Antecedente tributário	Responsabilidade solidária regulamentada em junho de 2026

Elementos confirmados da Portaria 2.750 e do cerco anterior

O que fazer antes da primeira notificação

Para o operador licenciado, a portaria tem duas faces: execução mais rápida contra concorrentes ilegais e risco de ser lido como fluxo de terceiro por falha de cadastro. O trabalho é de vínculo documental.

iGBRASIL

Integrar a lista oficial de autorizados da SPA, via API ou download, nos sistemas de compliance e de conciliação de pagamentos — a norma a trata como referência de verificação.

Garantir que o CNPJ da operação, os CNPJs dos PSPs e as chaves Pix de depósito e saque estejam corretamente vinculados ao autorizado.

Definir responsável, prazo interno e canal com cada parceiro financeiro para resposta a auto de constatação e notificação de bloqueio.

Revisar contratos com PSPs incluindo cláusula de cooperação com notificação da SPA e repasse imediato de comunicação de bloqueio.

Reavaliar as regras antifraude internas contra os gatilhos listados, para reduzir falso positivo na própria base.

Nenhuma declaração nominal e verificável de dirigentes da SPA sobre a 2.750 foi obtida na apuração. A norma soma-se ao conjunto de exigências que já pressiona o calendário de quem opera — do cronograma de obrigações da SPA/MF às novas regras de verificação de identidade e prazos de KYC.

Portaria 2.750 obriga bancos a bloquear pagamento de bets ilegais

Acompanhe o rito da 2.750

Assine a newsletter do iGBRASIL para receber a confirmação da vigência no DOU, das revogações e do prazo de bloqueio assim que a SPA publicar o detalhamento. Para receber a análise do que muda para operadores, assine a newsletter do iGBRASIL.

Atualização — 09/10/2026

O cerco financeiro descrito na publicação original tem, na verdade, quatro camadas, e não três. Entre a Portaria SPA/MF nº 566/2025 (recusa de contas) e a responsabilidade tributária solidária, entra um ato que a matéria não citava: em junho de 2026 o Conselho Monetário Nacional editou resolução sobre bloqueio de contas de operadores de apostas não autorizados, conforme nota do CMN publicada no portal do Ministério da Fazenda. É essa peça que dá lastro regulatório bancário ao bloqueio e traz o Banco Central para dentro do rito — ponto que o texto listava como não confirmado.

Para o diretor de pagamentos, a consequência prática é que o parceiro financeiro responde hoje por normativos de origens distintas, com supervisões distintas: a SPA, pela Portaria 2.750, e o sistema CMN/Banco Central, pela resolução de junho de 2026.

O custo tributário do erro bancário

Dois dias após a portaria, em 17 de setembro de 2026, foi noticiado que bancos e instituições de pagamento que ignorarem alerta da Fazenda podem responder pelos tributos devidos pelas bets ilegais. O ponto ataca diretamente a pendência listada no texto sobre sanção à instituição que descumprir: ainda que não haja multa específica confirmada na 2.750, a exposição fiscal já é suficiente para que o parceiro financeiro bloqueie primeiro e pergunte depois. É por isso que a taxa de aprovação de depósito do operador licenciado é a variável sob pressão.

Situação em 09/10/2026

Resolvido: o papel do Banco Central no bloqueio de contas, pela resolução do CMN de junho de 2026.

Resolvido em parte: a portaria substitui normas anteriores, mas o alcance da revogação da Portaria SPA/MF nº 566/2025 não foi confirmado artigo por artigo.

Portaria 2.750 obriga bancos a bloquear pagamento de bets ilegais

Em aberto: edição e data de publicação no DOU e cláusula de vigência da 2.750, sem confirmação documental nesta revisão.

Em aberto: o prazo de 24 horas para bloqueio citado por veículo regional — o confirmado segue sendo a comunicação até o dia útil seguinte.

Números de fiscalização e apuração em curso

Os agregados de fiscalização (66 mil domínios bloqueados e R$ 18 milhões em multas) e a base do SIGAP são fotografias de agosto e setembro de 2026 e foram objeto de leitura crítica em 23 de setembro de 2026. Para orçamento de compliance, a inclinação da curva ao longo do ano vale mais que o número absoluto de um mês.

Em resumo

Em outubro de 2026 o Ministério da Fazenda publicou a notícia "Secretaria de Prêmios e Apostas regulamenta obrigações das empresas após proibição das bets", cuja descrição oficial informa que a portaria trata de devolução de valores aos apostadores, regularização de obrigações financeiras e atualização de dados cadastrais das empresas. Não foi possível, nesta revisão, abrir o corpo da notícia nem identificar o ato que teria determinado a proibição. Se houver restrição superveniente à exploração de apostas de quota fixa, a premissa desta matéria muda de natureza. O iGBRASIL está apurando e publicará o número da portaria e os prazos de encerramento e devolução de saldos assim que confirmados.

Assuntos:

Compliance · Lei 14.790/2023 · Mercado ilegal · Pagamentos · PIX · SPA/MF

Fonte original:

https://igbrasil.com/noticias/regulacao/portaria-2-750-obriga-bancos-a-bloquear-pagamento-de-bets-ilegais

Documento gerado em 01/11/2026 às 18h04.

Reprodução permitida mediante citação da fonte e link para o endereço acima.

Portaria 2.750 obriga bancos a bloquear pagamento de bets ilegais

© 2026 iGBRASIL. Conteúdo destinado a maiores de 18 anos.